

## Cultura e desenvolvimento<sup>1</sup>

Nos dias de hoje tornou-se evidente o colapso das teorias de desenvolvimento apoiadas exclusivamente nos indicadores e resultados econômicos. O moderno pensamento deve ser pensado imerso num cenário complexo onde o desenvolvimento cultural ganhe sentido.

(Hamilton Faria)

A cultura é o ambiente do cidadão. Entende-se aqui cultura como os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores e simbólicos, as tradições e as crenças, incluindo-se aí a cultura “cultura”. Ela é o que dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo, sobre o grupo do qual faz parte bem como sobre outros grupos, atribuindo dimensão ética aos indivíduos. Através dela efetuamos as trocas simbólicas e políticas.

Apesar de se constituir em um conjunto específico de valores de um grupo ou de um povo, a cultura fornece possibilidades de abertura para outros grupos num diálogo que propicia interações sociais. A cultura, como processo de criação e apropriação, propicia a “respiração” e a “conspiração” coletiva.

Conforme a “Declaração do México” (1986), “a cultura é o fundamento necessário para o desenvolvimento autêntico”. Hoje se busca uma qualidade de vida também cultural, pois a cultura é relevante na interação dos indivíduos com as comunidades. O desenvolvimento cultural traz consigo a dimensão qualitativa da vida social e econômica, possibilitando ao ser humano a capacidade de aprender comunicar as suas experiências.

O desenvolvimento econômico tem se mostrado “manco” em vários lugares do mundo: a experiência humana se expressa numa dimensão que vai além da produção material, experiência esta que também se constitui na materialidade da vida. Faz-se necessário pensar noutro ritmo e numa nova dinâmica social que possa proporcionar oportunidades de realização efetiva dos sentidos sociais, retomando o significado profundo do desenvolvimento ao propor novos modelos de vida em que a cultura seja o “ambiente do cidadão”.

Sabe-se que a mundialização da economia tem um movimento ambíguo. Por um lado aponta-se para as “fraturas sociais” e as conseqüentes produções de exclusão. Por outro, as apropriações coletivas e individuais colocam possibilidades de alguns avanços nas áreas de comunicação (Internet, TV, rádio...). No entanto, as “fraturas” são mais fortes do que os benefícios, pois no quadro das exclusões, aparecem as rupturas, as divisões, marginalizações, em suma, as grandes rachaduras sociais.

Na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948) consta que “toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a

---

<sup>1</sup> Texto escrito a partir de debates sobre “desenvolvimento e cultura” nos anos 1990, no Instituto Pólis. Agradeço a Hamilton Faria pelas sugestões para este texto.

participar do progresso científico e dos benefícios que dele resultem”\_ Sabe-se, no entanto, que a apropriação e fruição das produções e criações culturais são feitas por uma parcela muito pequena da população.

No Brasil, tem havido cada vez mais uma criação cultural que ainda não foi medida. As comunidades estão produzindo culturas que não são reconhecidas pela imprensa e pela sociedade, ou que sofrem, ainda, enorme preconceito sociocultural por parte da visão dominante de cultura.

Em várias localidades, a cultura vem alcançando um lugar de destaque no plano de desenvolvimento, apesar de faltar a percepção de que a cultura é um cenário mais amplo onde atuam as várias áreas e, por isso, a dificuldade de colocá-la em um lugar específico dentro da Ação Municipal.

Há, no entanto, alguns municípios que estão trabalhando com a questão da cultura como prioridade de governo e entendendo que ela é constitutiva das práticas sociais, tanto da sociedade civil como do poder público, deixando de se constituir numa área isolada e sem verba. Alguns municípios vêm tentando implementar uma gestão com eixos temáticos.\_

As práticas culturais provocam mudanças de valores dos cidadãos, deslocando ou apontando o clientelismo, fisiologismo, nepotismo e patrimonialismo. Através da cultura são valorizadas práticas que busquem a ecologia humana, optando por relações de solidariedade, de cooperação, que priorizem e estimulem o debate, a gestão comum de espaços e orçamentos públicos, conferências, fóruns abertos à população etc.

As ações locais têm trabalhado com a idéia de desenvolvimento local que incorpora a cultura integrada às outras ações dos governos e das sociedades civis, mostrando a importância dos *Indicadores Culturais* na consideração dos Indicadores Sociais e de Impacto Ambiental. Esses Indicadores Culturais podem desenhar um outro perfil dos habitantes detectando as “fraturas” sociais numa comunidade e apontando para soluções que recoloquem tradições perdidas em atuação conjunta com instrumentos da modernidade.

Assim, com os *Relatórios de Impactos Sociais e Ambientais* pode-se pensar nos Relatórios de Impactos Culturais numa determinada comunidade considerando os efeitos que certas atividades provocam nas culturas locais, assim como as influências de determinadas atividades culturais sobre a vida social de uma região. Veja-se o caso de pesquisas feitas em vários lugares, por exemplo, o *Diagnóstico Cultural da Cidade de Belo Horizonte* é a “ponta do iceberg” no que se refere às pesquisas no campo da cultura.

A ação cultural local também aponta para a possibilidade de se estabelecerem programas de emprego e renda, tanto nos modos tradicionais como em modos inovadores, inclusive abrindo caminhos para dar novos sentidos ao trabalho como uma ação voltada para o desenvolvimento pessoal e comunitário, servindo como estratégia para fortalecer e revigorar os laços de solidariedade dos mais “fracos”, num quadro de ação efetiva voltada para a

cidadania local e global. Dar novos sentidos ao trabalho pode ser um caminho para colocar as ações culturais não só voltadas para as “razões de mercado”, mas contemplando outras razões (por exemplo, sociais, comunitárias, vivenciais etc.).

Já temos visto vários sinais de mudanças no cenário cultural dos municípios. Por exemplo, são eleitos candidatos a vereador engajados na questão da memória cultural das comunidades, assim como candidatos a prefeito eleitos com o apoio de movimentos sociais de cultura. Ainda que sejam casos esporádicos, eles sinalizam para uma maior presença da cultura no campo da política e das políticas sociais.

O Brasil já possui uma ação ampla em relação à cultura, mas ainda há muitos movimentos sociais que não encontram espaço de manifestação de suas práticas culturais. Além disso, o poder público muitas vezes está pautado por solicitações de “personalidades” que têm mais poder de influir no espaço público, enquanto os cidadãos comuns e movimentos sociais de cultura são considerados como de “segunda categoria”, isto é, infelizmente, continua valendo na vida social brasileira a expressão “Alguns são mais iguais do que outros”. O desenvolvimento de uma localidade deve estar pautado por ações que visem uma mudança voltada não só para a democratização, mas também para a democracia cultural.

### ***O direito ao desenvolvimento cultural***

A cultura deve ser entendida também *como um direito do cidadão* a criar, experimentar, produzir, superar os conflitos e contribuir para o desenvolvimento humano das cidades (Chauí, Informativo do IEA/USP, 1995).

No sentido de garantir esse direito, os governos devem trabalhar para implementar ações que criem espaço para a representação e a participação no fazer cultural e artístico, democratizando a cultura e operando com a democracia cultural, como já vem ocorrendo em várias cidades no Brasil. Esse é um momento muito rico das culturas locais, apesar da pasteurização imposta pela globalização, com experiências, interações, novos olhares sobre a realidade social e o desenvolvimento das capacidades criadoras.

Para garantir o acesso ao fazer cultural, governos procuram dar à população das periferias o acesso a diversas linguagens culturais, permitindo que, através delas, se exercitem expressões de cidadania. Práticas culturais acontecem em centros comunitários e em espaços não-institucionais, fora dos “templos da cultura” (teatros, cinemas, centros culturais). É nesse sentido que se procura servir à população com a melhor qualidade e, para isso, deve-se propiciar uma infra-estrutura cultural mínima que possa ser ampliada para vários lugares da cidade.

Investir no *Desenvolvimento Cultural* do município é passar a perceber a cultura e as artes como elementos constitutivos da vida e não mero adorno da paisagem intocada da

cidade. Levar música às praças, mais do que dar nova opção de diversão e ampliar o repertório cultural da população, muda a vocação dos espaços, faz com que a cidade reestabeleça momentos de socialização através de contatos que estão se perdendo num mundo cada vez mais sem rosto.

Além do direito ao acesso à cultura, as políticas públicas devem se empenhar em possibilitar o direito à *formação e à produção cultural* da população, através de cursos, oficinas e experimentação com as mais variadas linguagens artísticas, procurando desenvolver uma ação cultural mais prolongada bem como buscando o refinamento dos projetos de diversos grupos sociais.

A isso deve juntar-se o direito à participação nas ações e decisões culturais. Os espaços devem ser readequados para o uso da população e dos fazedores culturais como lugares de pesquisa e reflexão sobre as artes e as inovações tecnológicas contemporâneas, dentro de um processo participativo em que as comunidades culturais sejam parceiras ativas e não meras observadoras da gestão pública de cultura.

Abrem-se as possibilidades para o trabalho de ação cultural com novos grupos que se organizam na cidade (punk, hip hop, etc.), em uma dinâmica de *escuta mútua*, garantindo voz a todos os setores e artistas.

Na lista de direitos, deve ser agregado como fundamental o direito à memória. (Meneses in: Silva, 1999). Para garantir esse direito trabalha-se para a preservação da memória viva das comunidades de imigrantes, migrantes e outros grupos socioculturais. É necessário ampliar os direitos culturais, abrindo espaços e incluindo esses direitos como vertentes importantes no imaginário social e cultural da cidade.

É nessa direção que a municipalidade precisa se empenhar, juntamente com a população, na melhoria da qualidade de vida cultural e na ampliação dos direitos humanos e culturais. Como afirma José Américo Motta Pessanha: “Nós queremos ser cidadãos com as nossas diferenças, com os nossos gostos diferenciados, mas altamente apurados, altamente aprofundados. Se gostamos de música popular, nós temos o direito de seguir na música popular, para usufruí-la naquilo que ela tem de melhor, naquilo que ela tem de maior, não no puro, barato e habitual consumismo.” (Revista Pólis, 1997).

### ***A função da cultura no desenvolvimento***

Aqui propomos algumas indicações sobre ações do campo da cultura, principalmente enfocando aquelas referentes às práticas de governos. Acontece que as ações governamentais trabalham pouco com as questões culturais. Com raras exceções, os governos em suas diversas esferas e órgãos colocam a cultura como assunto a ser tratado. Para o setor da cultura é destinado um percentual muito pequeno do orçamento geral que

muitas vezes ainda é manipulado para favorecer alguns "ilustres" parlamentares que engordam suas "ilhas de riqueza" num país à míngua. A cultura, quando rende dividendos de imagem, é colocada na vitrine de lojas e administrações que utilizam artistas e poetas para seus objetivos.

Um governo socialmente responsável seria aquele que trabalha com a idéia de cultura como o elemento que perpassa todas as áreas, sem exceção, se constituindo no elemento estruturante das relações humanas e "oferecendo um senso diferente de crescimento e desenvolvimento humanos" (Williams, 1979: 20). É evidente que há várias faces expressivas da cultura, incluindo a utilização da tecnologia para ampliar o raio de alcance de uma obra de arte, mas isso não invalida o fato de que a recepção da arte se dá pelo olhar local.

Este é um tema importante que deve ser levado em consideração por um governo democrático que procure desenvolver uma política cultural que contemple o fazer e as diversas expressões culturais regionais, considerando também o aspecto cultural nos projetos de desenvolvimento. Em geral, os especialistas do campo do desenvolvimento internacional entendem que para melhorar o bem-estar de uma determinada população basta a aplicação de algumas técnicas econômicas universais (Kleyermeyer, 1992).

Aparentemente estamos saindo dessa "era da inocência", na qual as pessoas achavam que a técnica puramente aplicada, sem considerações culturais e éticas, resolveria os problemas sociais da humanidade. Os teóricos do desenvolvimento estão percebendo que a cultura não é o fator que *impede* o progresso, mas é este que solapa as expressões culturais. Para alguns especialistas, mesmo alguns marxistas, hoje a cultura tem conotações negativas, explicando os fracassos econômicos regionais.

Os colonizadores usaram sua racionalidade cartesiana para submeter os índios das Américas e, com um argumento religioso, impunham suas aspirações econômicas. As culturas indígenas foram apagadas, sobrevivendo em nomes de bairros e ruas em tupi-guarani. Ainda hoje no Brasil se justifica o massacre de índios e de populações rurais devido ao fato de ocuparem áreas ricas do país.

Mas seria ingenuidade procurar uma "idade de ouro da Cultura", já que ela é dinâmica e adquire funções específicas conforme o tempo e a região. Todavia, dizer que a cultura está em constante mudança não significa que uma cultura pode ser trocada por outra automaticamente. O desenvolvimento também é um processo com muitas variações e deve ser sustentável em relação às culturas locais, incluindo as rurais, de pequenas cidades, e também a dos grandes centros, a chamada cultura urbana.

Como em outros tempos, a economia e a política andam descoladas das culturas. Assim, as políticas beneficiam a poucos e empobrecem muitos, levando o país a ampliar suas desigualdades sociais. É preciso pensar noutras formas de desenvolver as comunidades, entendendo esta ação como uma questão cultural que leve em conta as tradições e as formas

de vida de um povo.

A cultura tem sido vista como um "fator externo" ao desenvolvimento. A modernização traz consigo uma espécie de "limpeza cultural", higienizando com a máquina o campo e a cidade, quebrando a espiritualidade, debilitando os laços de solidariedade, desarraigando o indivíduo das sociabilidades de seu meio.

As regiões que não participam da conexão ao sistema mundial de produção e consumo de mercadorias são consideradas atrasadas e subdesenvolvidas e, portanto, não teriam nada a "contribuir" no desenvolvimento capitalista, e realmente não têm, pois trabalham em outra lógica simbólico-cultural. Por exemplo, o *Exército Zapatista* no México tem suas bases "residuais" culturais que foram esquecidas pelo governo oficial. Um guerrilheiro disse: "nós fomos esquecidos pelo governo mexicano". Os índios mexicanos "buscam pelas armas o respeito à sua dignidade e cultura", pois há uma discriminação constante contra a região de Chiapas.

Estes são alguns exemplos da perversidade do desenvolvimento sem a base cultural de uma comunidade. Como afirma Hamilton Faria: "O Desenvolvimento Cultural deve partir do reconhecimento deste cenário onde atores concretos se movimentam, constroem espaços públicos, mudam valores e o 'olhar' que se tem sobre a vida em sociedade." (Faria, 1999: 21).

Não se trata aqui de propor um desenvolvimento social "adaptado" às regiões, mas de transformar substancialmente a natureza do desenvolvimento global vigente.

### **Bibliografia**

FARIA, Hamilton. *Desenvolver-se com arte*. São Paulo, Revista Pólis, n. 33, Instituto Polis, 1999.

FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir. *Cidadania cultural em São Paulo*. Revista Pólis, n. 28, Instituto Pólis, 1997.

KLEYMEYER, Charles David (org.). *La expression cultural y el desarrollo de base*. Virginia, EUA: Inter-American Foundation (IAF), 1992.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Artigo publicado no livro *Cultura e literatura: diálogos*, Ed. do Autor/Funcultura, 2008.